

Autoridades econômicas aprendem o jogo da política

SÍLVIA FARIA

BRASÍLIA — Derrotada em duas importantes batalhas — da fixação do salário-mínimo e da definição do Orçamento Geral da União — travadas com o Congresso, a área econômica se prepara agora para uma nova realidade: trabalhar canais de comunicação com o Legislativo, para negociar leis de interesse para a economia.

Acostumados a baixar pacotes fechados, elaborados por grupos restritos de tecnocratas, os Ministérios econômicos terão que adaptar-se agora às novas regras do jogo, segundo admitem credenciados assessores do Governo. As assessorias parlamentares, que sempre atuaram tímida e modestamente, assumirão papel mais ativo, prevêem as autoridades econômicas.

A maioria dos assessores considera inútil, no entanto, qualquer esforço no sentido de conscientizar os parlamentares da importância da austeridade econômica inútil, no atual Governo. Para eles, há uma indisposição generalizada do Legislativo com relação à equipe do Presidente José Sarney.

— Isso só vai mudar quando o Governo tiver maioria no Congresso — analisa uma autoridade da área econômica.

Depois da promulgação da Constituição, o Executivo sentiu diretamente o impacto dos poderes adquiridos pelo Legislativo, quando viu derrubado todo o esforço de elaboração do Orçamento Geral da União para 1989, sobre o qual se sustentava o programa de combate ao déficit público em 1989. Também foram inúteis as tentativas de convencimento dos parlamentares das consequências negativas de um aumento real elevado concentrado do salário-mínimo, que acabou sendo concedido pelo Legislativo e vetado pelo Presidente.

Na área política, o Legislativo também deu demonstrações de força, lembra um assessor econômico. A CPI da corrupção, acolhendo parecer do relator Carlos Chiarelli (PFL-RS), pediu o "impeachment" (impedimento) do Presidente Sarney, acusando-o de crime de responsabilidade nos casos de malversação de recursos pú-

blicos, feita pelo ex-Ministro Aníbal Teixeira. Com a nova Carta, o Legislativo agora pode determinar o "impeachment", ainda que seja difícil vê-lo aprovado pela Câmara.

A única vitória obtida nessa acirrada disputa ficou por conta do projeto de simplificação da legislação do Imposto de Renda da Pessoa Física, enviado pelo Ministério da Fazenda. O projeto foi aprovado, com poucas alterações. Na avaliação das autoridades da Secretaria da Receita Federal, dois fatores contribuíram para esse sucesso: a popularidade da proposta e a mobilização dos técnicos da Receita, junto ao Legislativo. Os secretários-adjuntos do órgão não pouparam esforços no "lobby" organizado, que acabou absorvendo quase dois meses trabalhando no Congresso. Eles dividem o mérito da aprovação também com parlamentares que consideram de excelente nível técni-

co, como Osmundo Rebouças (PMDB-CE), César Maia (PDT-RJ) e José Serra (PSDB-SP), com os quais mantiveram constantes contatos.

No caso do orçamento, os assessores econômicos criticam asperamente a conduta dos parlamentares, como fisiologistas e populistas. De nada adiantaram as diversas explicações técnicas sobre a complexa montagem do orçamento e sua importância na estratégia de combate ao déficit público. O orçamento foi essencialmente alterado.

No caso específico da negociação do orçamento, os assessores econômicos não admitem que falharam no esforço de negociar com o Congresso. O secretário de Orçamento e Finanças, José de Ribas Netto, passou cerca de um mês despachando, pelas manhãs, na Câmara. Neste período, colocou-se à disposição dos parlamentares para esclarecer o orçamen-

to.

Esse esforço concentrado, no entanto, só foi feito quando o Executivo viu seu projeto ameaçado pelas emendas apresentadas pelos Deputados e Senadores e pelo parecer do Senador Almir Gabriel. O mesmo pode ser dito a respeito da atuação do Executivo, no episódio da votação do salário-mínimo. A proposta governamental só surgiu quando a Comissão do Salário-Mínimo ameaçava aprovar a proposta do Deputado Maurílio Ferreira Lima, contrária aos interesses do Executivo. A proposta do Legislativo acabou aprovada, exigindo novo veto presidencial.

Além destes dois graves atritos na relação Executivo e Legislativo, o Congresso aprovou ainda abatimentos de investimentos no setor esportivo, também vetado pelo Presidente Sarney.

